Boletim de Jurisprudência Licitações e Contratos, nº 4

Sessões de 26/08/2020 a 26/08/2020

O Boletim de Jurisprudência do TCDF é uma publicação periódica elaborada pela Supervisão de Sistemas de Informação, Legislação e Jurisprudência, da Coordenadoria de Biblioteca, Gestão da Informação e do Conhecimento, com a finalidade de apresentar resumos das teses constantes em decisões desta Corte que se enquadrem em critérios de relevância, reiteração, ineditismo ou controvérsia.

Ressalta-se, todavia, que as informações aqui apresentadas não constituem resumo oficial das decisões proferidas pelo Tribunal nem representam, necessariamente, o posicionamento prevalecente na Corte sobre a matéria.

Este boletim informativo não substitui a publicação oficial das decisões. Para um exame mais aprofundado da decisão, sugere-se o acesso aos documentos do processo por meio dos links presentes em cada decisão.

Deseja receber os Boletins de Jurisprudência do Tribunal? Clique aqui.

TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSO DE TRABALHO. GESTÃO DE PLANO DE SAÚDE. EXECUÇÃO INDIRETA DE SERVIÇOS PRIVATIVOS DE SERVIDOR PÚBLICO EFETIVO. IMPOSSIBILIDADE. REALIZAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO. IMPOSSIBILIDADE. TOMADA DE DECISÃO. IMPOSSIBILIDADE.

Representação ofertada pelo Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo e do Tribunal de Contas do Distrito Federal - SINDICAL acerca de possíveis irregularidades de pregão eletrônico lançado pela Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de gestão de Plano de Saúde. O Tribunal alertou que as contratações que envolvam a terceirização de processos de trabalho não podem incluir em seu objeto a execução indireta de serviços inerentes às categorias funcionais de seu plano de cargos, bem como não pode haver transferência de responsabilidade pela realização de atos administrativos ou tomada de decisão para o contratado, nos termos do parágrafo primeiro do art. 3º do Decreto nº 39.978/2019.

Relator:

Antonio Renato Alves Rainha

Decisão por unanimidade

Sessão:

ORDINÁRIA nº 5223, de 26/08/2020.

Proc. nº 3666/2020 - Dec. nº 3557/2020

Precedentes externos:

Decisão STF nº ADI 6357 MC-Ref

Legislação relacionada:

Decreto nº 39978/2019, Art. 3º.

OUTRAS DECISÕES REFERENTES À LICITAÇÕES E

Decisão nº 3570/2020